

Reunião Ordinária do Plenário do Conselho Técnico – Científico do ISEL

28 de novembro de 2019

10h00

Ao 28.º dia do mês de novembro de 2019 reuniu na Sala de Audiovisuais, às 10h00, o Plenário do Conselho Técnico-Científico, com a presença dos seguintes professores:

António Jorge Duarte de Castro Silvestre, António Luís Freixo Guedes Osório, António Manuel Albuquerque Couto Pinto, Arnaldo Joaquim de Castro Abrantes, Artur Jorge Ferreira, Carlos Eduardo Meneses Ribeiro, Cristina Ferreira Xavier Brito Machado, Fernando Manuel Duarte Oliveira Nunes, Fernando Manuel Gomes de Sousa, Filipe Manuel Vaz Pinto Almeida Vasques, João Alfredo Ferreira dos Santos, João Miguel Alves da Silva, José Leonel Linhares da Rocha, Lucía Fernandez Suárez, Manuel José de Matos, Manuel Martins Barata, Maria Manuela Almeida Carvalho Vieira, Paulo Jorge Henriques Mendes, Pedro Manuel Alves Patrício da Silva, Sandra Maria da Silva Figueiredo Aleixo e Tiago Miguel Braga da Silva Dias e o professor João Fernando Pereira Gomes como convidado.

Os professores Elisabete Clara Bastos do Amaral Alegria e Nuno António Fraga Juliano Cota justificaram a sua ausência.

A reunião foi normalmente convocada e presidida pelo vice-presidente do ISEL, professor Ricardo Jorge González Felipe, com poderes delegados para presidir ao Conselho Técnico-Científico (CTC), conforme Despacho 09/P/2016.

Antes da ordem do dia o presidente do CTC solicitou a integração na OT do ponto seguinte: “6. Alteração de áreas disciplinares dos concursos para promoção à categoria de professor coordenador no âmbito do Decreto-Lei n.º 84/2019, de 28 de junho”.

Foi lida a agenda e aprovada por unanimidade. De seguida teve início a reunião.

1. Informações

O presidente do CTC informou que foi rececionado o ofício 2931/IPL/2019, de 19 de novembro, relativo à devolução das propostas de abertura de concursos de promoção à categoria de professor Coordenador para as áreas disciplinares de Engenharia Química e Matemática Aplicada, referindo que não cumpriam o Despacho n.º 145/2019/IPL. Esta informação foi dada na última reunião da comissão permanente e, posteriormente, enviada à ADEQ e à ADM para análise e apresentação de uma possível proposta alternativa. Informou, ainda, que existe intenção de agendar uma reunião do plenário em dezembro para análise dos contributos recebidos no período de consulta pública do regulamento de prestação de serviço dos docentes do ISEL e, possivelmente,

Pf
S



CONSELHO TÉCNICO-CIENTÍFICO

a adaptação do regulamento de creditação ao Decreto – Lei n.º 65/2018, de 16 de agosto, face à visita iminente da Comissão de Avaliação Externa (CAE) da A3ES a vários cursos do ISEL. No início do próximo ano está prevista outra reunião para aprovação dos regulamentos de licenciatura, de mestrado e de unidades curriculares isoladas e de ciclos de estudos subsequentes.

A professora Manuela Vieira questionou se existe mais alguma informação sobre os concursos para a promoção à categoria de professor coordenador principal.

O presidente do CTC informou que as propostas apresentadas foram recusadas pelo senhor presidente do IPL com o argumento de não existirem, pelo menos 3 professores com categoria igual no CTC à qual se pretende abrir concurso, cabendo ao Presidente do IPL assumir todas as competências que o ECPDESP e o Despacho n.º 1979/2010, de 28 de janeiro, conferem em matéria concursal aos órgãos das unidades orgânicas. Este assunto está a ser analisado pelo senhor presidente do ISEL.

O professor João Alfredo dos Santos informou o seguinte: “Em 19 de setembro de 2019 o plenário do Conselho Técnico-Científico do ISEL deu parecer favorável à contratação do Especialista Engenheiro Carlos Manuel Martins. Em 17 de outubro de 2019 foi rececionado na ADEC um ofício do Presidente do ISEL, datado de 15 de outubro de 2019. Nele é comunicado à ADEC que o Conselho de Gestão do ISEL, reunido em 9 de outubro de 2019, deu parecer desfavorável à contratação de pessoal docente para a ADEC. Por essa razão, informa o ofício, não está autorizada a contratação proposta pela ADEC do Especialista Engenheiro Carlos Manuel Martins.”

O presidente do CTC esclareceu que o Conselho de Gestão analisou a eventual necessidade de contratação de pessoal docente para a ADEC com base na distribuição de serviço docente, equacionando a viabilidade financeira, e deliberou que, nesse momento, não deveriam ser efetuadas novas contratações para a ADEC.

O professor Filipe Vasques questionou se esta decisão foi pontual.

O presidente do CTC informou que neste caso, como o entendimento do senhor presidente do ISEL, que tinha sido previamente transmitido à ADEC, era diferente da deliberação do CTC, o presidente do ISEL considerou que deveria haver também pronúncia do Conselho de Gestão. Qualquer outra dúvida sobre este assunto deverá ser colocada ao presidente do ISEL.

O professor Tiago Dias referiu que desconhecia o procedimento a adotar nestes casos, mas parecia-lhe que este processo poderia ter sido sujeito primeiro a análise financeira, evitando a pronúncia do CTC nos casos em que se constate não existir viabilidade, pedindo para que esta situação não se repita.

O presidente do CTC informou que a decisão do presidente do ISEL não foi apenas com base na viabilidade financeira e que o presidente da ADEC tinha sido alertado, em reunião prévia à pronúncia do CTC, sobre este assunto.

O professor Tiago Dias informou, ainda, que é previsível que no próximo ano se repita o procedimento para a promoção de professores, salientando que, enquanto professor adjunto, considera que tem competências para participar na discussão deste assunto. Informou ainda que a Secretaria-Geral da Educação e Ciência produziu um parecer sobre os concursos para promoção a decorrer, que esclarece que podem ser abertos concursos com mais do que uma vaga, questionando qual será a posição da escola face a esta informação.

A professora Cristina Machado observou, relativamente à intervenção do professor João Alfredo dos Santos, que era a primeira vez que assistia a uma decisão do Conselho de Gestão contrária ao parecer emitido pelo CTC.

A professora Lucía Suárez salientou que, de facto, se essas decisões tivessem sido tomadas noutras situações análogas, talvez tivessem evitado problemas maiores.

O professor Fernando Sousa ressaltou que independentemente da abertura dos concursos de promoção, será necessário definir as áreas e os grupos disciplinares do ISEL, solicitando que fosse agendado para uma reunião próxima um ponto com o objetivo de estabelecer uma metodologia para a apresentação de propostas.

O presidente do CTC informou que dada a importância e a transversalidade deste assunto, o mesmo deverá ser agendado para uma das reuniões previstas para o início do ano.

2. Aprovação das atas das reuniões de 3 de outubro, de 10 de outubro e de 31 de outubro de 2019

Posta a aprovação a ata de 3 de outubro de 2019, foi aprovada por unanimidade dos presentes na reunião, incluindo as alterações assinaladas pelos membros.

Posta a aprovação a ata de 10 de outubro de 2019, foi aprovada por unanimidade dos presentes na reunião, incluindo as alterações assinaladas pelos membros.

A professora Cristina Machado mencionou que na reunião de 31 de outubro de 2019, no seu entendimento, a proposta de nomeação da professora Maria Ana Baptista como membro do júri para o concurso para a área de Engenharia Civil – Estruturas ou Hidráulica, foi efetuada como vogal suplente e não como vogal efetivo.

O presidente do CTC e os professores Manuel Matos, Fernando Nunes e António Silvestre esclareceram que não foi essa a proposta colocada a votação. Após discussão, os membros concordaram que em todas as propostas de júri fosse integrado pelo menos um vogal efetivo interno e foram essas as propostas colocadas a votação.

O professor Paulo Mendes comentou que o júri deveria ser constituído por elementos da área científica do concurso.

O presidente do CTC referiu que o assunto foi largamente discutido, mas se o entendimento dos membros presentes na reunião de 31 de outubro sobre a deliberação em questão fosse diferente do explanado na

2/5



CONSELHO TÉCNICO-CIENTÍFICO

proposta de ata, então, seria pedida a devolução da proposta de abertura de concurso para a área de Engenharia Civil – Estruturas ou Hidráulica ao IPL para nova discussão e reformulação. Caso contrário o processo seguiria os trâmites normais.

O professor João Alfredo dos Santos esclareceu que foi sugerida a substituição do vogal efetivo interno constante da proposta inicial pela professora Maria Ana Baptista, ficando a aprovação desta substituição pendente da anuência da professora. Entretanto, no decorrer da discussão houve uma recomendação condicionando todas as propostas de júri à integração de pelo menos um vogal efetivo interno, assim, a proposta levada a votação incluía a professora Maria Ana Baptista como vogal efetivo pendente da sua anuência, facto que se veio a verificar.

Posta a aprovação a ata de 31 de outubro de 2019 foi aprovada por unanimidade dos presentes na reunião.

3. Análise da atividade desenvolvida no período experimental e aprovação da continuidade do contrato por tempo indeterminado

3.1. ADM

3.1.1. Gonçalo Nuno Rosado Morais

O professor José Leonel Rocha resumiu a atividade desenvolvida pelo docente e salientou que o docente teve um grande envolvimento na criação do curso LMATE, nomeadamente, na fase de criação da unidade curricular de Modelação Bayesiana, simultaneamente concluiu a parte curricular do doutoramento em Economia e está a realizar trabalho para a Tese.

O professor Manuel Matos apelou para que fosse efetuada uma reflexão sobre o que o CTC pretende em termos de produção científica do ISEL.

Relativamente ao caso em apreciação, o professor Tiago Dias notou a particularidade do docente ter uma longa relação contratual com o ISEL, desde 2001, e ter sido abrangido pelo regime transitório. acompanhou a posição expressa pelo professor Manuel Matos, salientado que nessa reflexão se deveria ter em conta também as recorrentes sobrecargas letivas a que os docentes estão sujeitos e o correspondente impacto na sua produção científica. Afirmou ainda que, no seu entender, o CTC deveria ter um papel mais ativo com apresentação de propostas de novas contratações e na promoção de condições efetivas para a dinamização da atividade de investigação científica e a abertura de Centros de Investigação.

Após discussão, analisada a atividade desenvolvida pelo docente e o parecer emitido pelos relatores, foi aprovado manter o contrato por tempo indeterminado por unanimidade dos presentes.

3.2. ADEETC

3.2.1. Gonçalo Caetano Marques

O professor Manuel Barata resumiu a atividade desenvolvida pelo docente e salientou que o docente durante o período experimental lecionou 3 unidades curriculares diferentes e preparou uma unidade nova e participou em projetos de investigação.

Após discussão, analisada a atividade desenvolvida pelo docente e o parecer emitido pelos relatores, foi aprovado manter o contrato por tempo indeterminado por unanimidade dos presentes.

3.2.2. Nuno Miguel Soares Datia

O professor Manuel Barata resumiu a atividade desenvolvida pelo docente, referindo que o docente leciona na área de sistemas de informação, já foi 5 vezes responsável de unidade curricular, é o atual coordenador do curso de MEIC, foi coautor de 2 artigos em revistas internacionais e revisor de artigos em revistas de investigação e em conferências, integrando também equipas de investigação em projeto do ISEL e num projeto Horizonte 2020.

O presidente do CTC referiu que é de louvar a atividade desenvolvida por este docente durante o período experimental.

O professor Artur Ferreira apoiou as palavras do presidente do CTC.

Saíram os professores Filipe Vasques e João Alfredo dos Santos.

Após discussão, analisada a atividade desenvolvida pelo docente e o parecer emitido pelos relatores, foi aprovado manter o contrato por tempo indeterminado por unanimidade dos presentes.

4. Proposta de reestruturação de ciclos de estudo no âmbito do processo de avaliação da A3ES

4.1. Mestrado em Engenharia da Qualidade e Ambiente

O professor João Silva apresentou a proposta fundamentando as alterações sugeridas face ao plano de estudos atual.

Entraram os professores Filipe Vasques e João Alfredo dos Santos.

O professor Manuel Barata sugeriu que fossem reavaliadas as áreas científicas propostas, alertando que a atualização das áreas científicas obriga a uma nova submissão do curso a acreditação e que uma área científica para ser considerada principal deve conter pelo menos 25% dos ECTS. Questionando, ainda, se o TFM deveria ter uma área científica própria. Observou que em termos de agilidade de reestruturação seria mais fácil o curso tender para um número inferior de áreas científicas.

O professor João Silva esclareceu que as alterações foram limitadas de modo a viabilizar a sua implementação no próximo ano letivo, o que não seria possível se fossem efetuadas alterações às áreas científicas.

Saiu o professor Pedro Patrício.

O professor Fernando Sousa comentou que seria mais lógico incluir o Trabalho Final de Mestrado (TFM) na área científica fundamental do curso e que cada unidade curricular pertencesse apenas a uma área científica.



CONSELHO TÉCNICO-CIENTÍFICO

Observou que as unidades curriculares foram reestruturadas para que o seu número de ECTS fosse 6, 4, 5 ou 3, e apesar de considerar positivo o sentido desta alteração, o problema de existirem sempre 6 unidades curriculares por semestre mantém-se. Gostaria que fosse justificada a inclusão de 2 horas de regime tutorial em todas as unidades curriculares e clarificados os motivos para a supressão da unidade curricular de Metodologias de Investigação e Comunicação. A redação da fundamentação para a diminuição do número de horas de contacto não lhe parece adequada aconselhando à sua revisão.

O professor João Silva esclareceu que o TFM está proposto em área científica própria porque o curso tem duas áreas principais: Qualidade e Ambiente. As duas horas de regime tutorial são justificadas pelo acompanhamento necessário à realização de trabalhos, uma componente de todas as unidades curriculares. A unidade curricular de Metodologias de Investigação e Comunicação continha parte das competências que eram lecionadas noutras unidades curriculares com sobreposição de conteúdos e como existiria necessidade de substituir os docentes a comissão coordenadora decidiu que não se justificava manter o seu funcionamento. O funcionamento do curso em regime pós-laboral estava com alguns problemas, nomeadamente, o número de horas letivas anterior era bastante elevado, considerando a exigência dos trabalhos obrigatórios e de tempo de estudo, a alteração proposta pretende corrigir esta relação.

O professor Fernando Sousa referiu que não concordava com a contabilização desta carga letiva tutorial de 2h.

O professor Carlos Meneses observou que essas horas deveriam ser indicadas como apoio ao aluno e não como orientação tutorial.

O professor João Silva esclareceu que essas horas nunca foram contabilizadas como horas letivas.

O professor Carlos Meneses mencionou que deveria ser estabelecido um critério geral. Em relação ao regime pós-laboral, a questão é transversal também aos outros cursos, deveria ser considerado um plano estendido independentemente de o aluno ser noturno ou diurno.

Saiu o professor Paulo Mendes.

O professor Fernando Nunes referiu que a redação do texto na proposta não era a mais adequada.

O professor Fernando Sousa sugeriu que o texto fosse reformulado de forma a explicar que a redução das horas letivas foi proposta para flexibilizar a gestão do tempo de estudo dos alunos e que a área científica do Trabalho Final de Mestrado fosse Ambiente ou Qualidade.

Saiu a professora Cristina Machado.

Após apresentação e discussão da proposta enviada pela comissão coordenadora do curso de Mestrado em Engenharia da Qualidade e Ambiente foi dado parecer favorável à reestruturação do curso e aprovado o plano de estudos por unanimidade.

4.2. Mestrado em Engenharia Biomédica

O presidente do CTC informou que esta proposta já obteve parecer favorável do Conselho Científico da ESTeSL e passou a palavra ao professor Manuel Matos enquanto membro da comissão de curso.

Saiu o professor Arnaldo Abrantes e entrou a professora Cristina Machado.

O professor Manuel Matos observou que deveria ter sido convidada para apresentar a proposta a Coordenadora de Curso. Referiu que estas alterações foram uma estratégia de adaptação do curso aos vários públicos existentes com um aumento do número de unidades curriculares obrigatórias de 6 para 9 e o funcionamento das unidades curriculares de opção em dois horários, diurno e noturno. Foi proposto ainda um aumento do número de vagas porque a ESTeSL determinou 25 como o número mínimo de alunos para o funcionamento das unidades curriculares optativas. As horas de contacto passariam a 18h e duas das unidades curriculares seriam determinadas pela comissão coordenadora de curso face ao percurso do aluno, para garantir que este adquira as competências em ambas as áreas. Os conteúdos da unidade curricular de Metodologias de Investigação e Comunicação foram divididos pelas unidades curriculares Seminário I e II devido à necessidade de transmitir esses conteúdos nos primeiros semestres. Salientou que houve dificuldade em compilar a proposta devido à falta de dados e textos, considerando que a escola não está a cumprir a sua parte.

O presidente do CTC informou que não é da competência do CTC a disponibilização desses dados, mas a observação será transmitida à direção da escola.

O professor Manuel Matos mencionou que foi pedida uma extensão de prazo ao IPL porque as propostas ainda terão de ser submetidas a parecer do Conselho Pedagógico.

O professor João Silva comentou que esta falta de dados é grave, no ano transato registou-se o mesmo problema e os relatórios de curso estão a ser pedidos desde abril.

Saiu a professora Manuela Vieira.

O presidente do CTC questionou as opções pelas designações Física Médica II e III quando no plano não consta Física Médica I.

O professor Manuel Matos informou que essa decisão foi da ESTeSL.

Saiu o professor João Alfredo dos Santos.

O professor Fernando Sousa comentou que nas unidades curriculares partilhadas por outros cursos existe um problema de ECTS, o tempo de contacto e o número de ECTS deveria ser igual.

O professor Manuel Matos respondeu que a partilha neste contexto é muito complicada porque a preparação dos alunos é diferente.

Entrou o professor João Alfredo dos Santos e saiu o professor Filipe Vasques.

Entrou o professor Pedro Patrício e saiu o professor Luís Osório.

21/11/19



CONSELHO TÉCNICO-CIENTÍFICO

Após apresentação e discussão da proposta enviada pela comissão coordenadora do curso de Mestrado em Engenharia Biomédica foi dado parecer favorável à reestruturação do curso e aprovado o plano de estudos por unanimidade.

O presidente do CTC informou que será solicitado aos coordenadores dos respetivos cursos o envio da versão final da proposta de reestruturação submetida à A3ES, incluindo as melhorias de redação do texto sugeridas pelos membros e as fichas de unidade curricular atualizadas. Esta documentação será disponibilizada a todos os membros.

Saiu o professor João Silva.

O professor Manuel Matos sugeriu que fossem definidos os valores de ECTS aceitáveis por este plenário.

O professor Fernando Sousa sugeriu que este ponto fosse agendado para uma reunião próxima.

5. Recomendações ao painel de avaliação de projetos de Investigação, Desenvolvimento, Inovação e Criação Artística do IPL

O presidente do CTC mencionou que este ponto foi agendado de acordo com o pedido efetuado por alguns membros deste plenário, nomeadamente, dos professores Tiago Dias, Artur Ferreira, Carlos Meneses e Fernando Sousa, que manifestaram as suas preocupações sobre a avaliação das candidaturas a estes projetos refletidas no documento apresentado.

O professor Artur Ferreira informou que o documento reflete o que foi abordado na reunião de trabalho em que se discutiu o assunto. Os projetos financiados estão a ser concentrados em pessoas com um currículo científico superior e não existe uma diversificação suficiente de áreas. Se o programa foi criado para jovens doutorados, nesse caso, não estaria a ser cumprido um dos objetivos essenciais. As recomendações efetuadas pretendem transmitir ideias para induzir uma mudança da realidade atual tentando que seja dada alguma primazia aos proponentes que ainda não tenham usufruído de financiamento ao abrigo deste programa. A sugestão de haver uma limitação a 2 anos consecutivos teria como objetivo condicionar as candidaturas sucessivas e, dado o limite de projetos aprovados, aumentar as probabilidades de financiamento de novos projetos de jovens doutorados. Não pretendendo que estas medidas sejam efetivadas, necessariamente, por uma alteração ao regulamento, mas que sejam, de alguma forma, passíveis de serem incorporadas pelo painel de avaliação nos critérios a estabelecer.

Entrou o professor João Silva e saiu o professor Fernando Nunes.

O professor Tiago Dias reforçou que estas propostas deveriam ser encaradas como recomendações ao painel de avaliação, que se deve privilegiar as áreas científicas que sejam consideradas prioritárias para o

Pl.
S

desenvolvimento da escola e os doutorados mais jovens, que necessitam de financiamento para possibilitarem um aumento do número de publicações científicas e a consolidação como investigador.

O professor Carlos Meneses manifestou a sua preocupação com os jovens doutorados que estão atualmente em período experimental e que para cumprirem as suas metas em termos de publicações científicas acabam por suportar as despesas que envolvem a sua participação em conferências internacionais. Na sua opinião deveriam ser os projetos destes jovens os financiados por este programa, deveria ser evitado o efeito de realimentação positiva que está a acontecer com a aplicação dos atuais critérios de avaliação.

O professor António Silvestre alertou que a utilização da expressão jovem doutorado, pode não ser a mais adequada uma vez que tem duas interpretações, apesar de considerar que os jovens devem ser apoiados, o critério a incorporar nunca deverá impedir outros de concorrer.

O presidente do CTC mencionou que este critério a ser incorporado terá de ser como uma espécie de majoração na avaliação das candidaturas dos jovens doutorados ou de minoração na avaliação das candidaturas dos proponentes que já tivessem beneficiado do financiamento deste programa.

O professor António Silvestre salientou que estes projetos são financiados pelo seu carácter exploratório, e esses projetos não são necessariamente propostos por jovens doutorados.

O professor Manuel Matos observou que não era a favor desta redação de regras, embora concorde com as intenções, a medida operacional deveria ser mais eficaz, estas exortações não deviam atuar sobre o regulamento, mas sim sobre o painel de avaliação.

O professor João Silva mencionou que os critérios de avaliação são definidos antes da abertura dos concursos e quando o número de candidaturas iguala o número de projetos a serem aceites numa determinada área, o projeto é financiado independentemente do mérito relativo desta proposta face a outros de áreas diferentes.

O presidente do CTC observou que esta questão deveria ser também considerada na proposta de recomendações ao painel de avaliação.

O professor Tiago Dias esclareceu que o documento apresentado foi elaborado como orientação para promover a discussão nesta reunião, não se destinando a operacionalizar as medidas. Sugeriu, pois, que o plenário tivesse em consideração estes princípios orientadores e talvez a nomeação de um grupo de trabalho para a elaboração da proposta.

O presidente do CTC propôs que fosse agendado como ponto para a próxima reunião a nomeação de um grupo de trabalho para analisar este assunto, ficando assim adiada a deliberação sobre este ponto da OT.

Antes de dar início à discussão do ponto seguinte da OT, o presidente do CTC referiu que à semelhança do procedimento adotado nas reuniões anteriores, a discussão do mesmo contará apenas com a presença dos membros com a categoria de professor coordenador e professor coordenador principal.

Face à informação transmitida pelo presidente do CTC, saíram os professores António Couto Pinto, Artur Ferreira e Tiago Dias.

6. Alteração de área disciplinar dos concursos para promoção à categoria de professor coordenador no âmbito do Decreto-Lei 84/2019 de 28 de junho

6.1. ADM - Área disciplinar de Equações Diferenciais e Aplicações

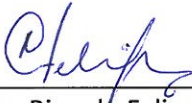
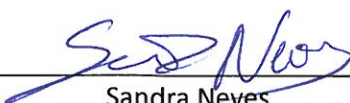
O professor José Leonel Rocha informou que esta alteração foi proposta de acordo com o Despacho n.º 145/2019-IPL e em consonância com a alternativa que tinha sido equacionada pela ADM anteriormente à deliberação deste plenário.

Posta a votação esta alteração foi aprovada por unanimidade.

6.2. ADEQ - Área disciplinar de Engenharia Química – Tecnologia Química

O professor João Silva informou que esta alteração foi proposta de acordo com o Despacho n.º 145/2019-IPL. Posta a votação esta alteração foi aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a reunião às 13h00 e esta ata, depois de aprovada, será assinada por mim, Sandra Neves, que secretariei e pelo professor Ricardo Felipe que presidiu.

O Presidente do Conselho Técnico-científico	A Secretária da reunião
 _____ Ricardo Felipe (Professor Coordenador)	 _____ Sandra Neves